



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I  
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1. OBJETO**

Credenciamento de pessoa física e ou jurídica para serviços de: telemedicina nas especialidades de reumatologia, endocrinologia, neurologia, neuropediatria, hematologia, pneumologia, urologia e angiologia.

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade/ano	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	600	horas	Tele consulta Reumatologia
2	720	horas	Tele consulta endocrinologia
3	720	horas	Tele consulta neuropediatria
4	720	horas	Tele consulta neurologia
5	240	horas	Tele consulta hematologia
6	240	horas	Tele consulta Pneumologia
7	600	horas	Tele consulta urologia
8	600	horas	Tele consulta angiologia
Total 4.440			

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de até 01 (um) ano, prorrogável na forma dos artigos 106 107, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: vide a Lei

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS**

**3.1.** Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- ( ) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (X) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

## **CAPÍTULO II**

### **DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saúde possui a necessidade de agilizar a demanda do usuário no serviço de saúde no sentido de resolver a fila de espera no atendimento há demanda reprimida no serviço de atendimento médico especializado, o qual se deve priorizar maior celeridade, notadamente em algumas especialidades: reumatologia, endocrinologia, neurologia, neuropediatria, hematologia, pneumologia, e urologista.

Uma possível solução para os problemas descritos dar-se-á por meio da telemedicina, a qual se trata de prestação remota, através do uso da Internet, de serviços de saúde através da utilização de recursos tecnológicos e de telecomunicações para a troca de informações nos diferentes níveis de atenção à saúde, entre profissionais de saúde no município de São Borja e pacientes.

Ao permitir a troca de opiniões e experiências entre os profissionais da área, a telemedicina favorece a assertividade de diagnósticos e tratamentos. Os serviços têm como objetivo a melhoria das condições à saúde da população. Com o avanço da tecnologia, serviços médicos podem, dependendo do caso, ser prestados com a comodidade do atendimento virtual, atendimento este aprovado no período de Emergência Pública no Brasil (Pandemia).

Esse método de atendimento por meio de uso de tecnologias eletrônicas para o serviço de saúde de qualidade é cada vez mais utilizado para ampliar a cobertura de atendimento, monitorar pacientes, trocar informações médicas e analisar resultados de exames. O processo não envolve somente atendimento assistencial, ele contribui para educação em saúde (capacitando continuamente os profissionais envolvidos), pesquisa, prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde. Soma-se ainda que os serviços em questão atendem as ações e obedecem aos princípios do SUS:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

(I) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

(II) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema, e;

Igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**5.1.** A solução proposta é a prestação de serviços através de credenciamento para atendimento em telemedicina de Consultas nas Especialidades de reumatologia, endocrinologia, neurologia, neuropediatria, hematologia, pneumologia, e urologista. A presente aquisição/contratação visa atender os pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS, que necessitam de atendimentos em consultas nas Especialidades já mencionadas para atender a demanda encaminhada das Estratégias de Saúde da Família - ESFs, bem como de outros especialistas, visto que, essas consultas não estão sendo realizados na Atenção Básica nem na média complexidade das unidades da Secretaria Municipal da Saúde. Salientamos que estas especialidades atualmente não temos contratualizado no município e nossa que nossa demanda possui fila em espera, e ainda dependendo do encaminhamento para tratamento fora do domicílio, gerando ainda mais ônus aos cofres públicos e desgaste de pacientes devido ao transporte.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, Diploma do profissional médico ou Certificado de especialização na área de interesse e CRM dos profissionais, Os documentos poderão, ser apresentados em original ou por cópia através de autenticidade de documento público ou particular que poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**6.2** O credenciado devesse atender de forma remota com uso de computador com câmera e alto-falantes utilizando qualquer plataforma disponível.

**6.3** Os encargos trabalhista, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

**6.4** Para a realização do atendimento, o credenciado deverá receber do enfermeiro do Centro de Atendimento em Saúde (CASA) a agenda pre definida dos dias e horários de consultas previamente agendadas e acordadas entre as instituições e o credenciado. Em caso de algum problema ou intercorrência na data agendada o profissional devesse avisar em até 48 horas de antecedência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....

---

**6.5 É VEDADO:**

**6.6** O credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhistas, conforme art. 9º, inciso III e § 3º, da Lei nº 8.666/93;

**6.7** A cobrança diretamente ao paciente atendido de quaisquer valores decorrentes do atendimento.

---

<b>CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>
---

<b>7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</b>
----------------------------------

**7.1.** o serviço será por meio da telemedicina, a qual se trata de prestação remota, através do uso da Internet, de serviços de saúde, através da utilização de recursos tecnológicos e de telecomunicações para a troca de informações nos diferentes níveis de atenção à saúde, entre profissionais de saúde no município de São Borja e pacientes. Para a realização do atendimento, o credenciado deverá receber do enfermeiro do Centro de Atendimento em Saúde (CASA) a agenda pre definida dos dias e horários de consultas previamente agendadas, onde o mesmo permanecera com o paciente durante a tele consulta.

**7.2** o profissional credenciado poderá solicitar exames emitir receitas aos pacientes do Sistema Único de Saúde, segundo a lista Remume e ter ciência dos exames contemplados pelo SUS, onde os mesmos serão encaminhados e regulados via MAC e obedecendo ao critério de prioridades e ordem cronológica de pedidos.

**7.2** Os serviços serão executados de acordo com a necessidade e agendamento do Centro de Atendimento em Saúde (CASA) da Secretaria Municipal da Saúde, e de acordo com a agenda dos profissionais credenciados.

**7.3** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de São Borja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

A Fiscalização do credenciamento será através de Portaria com indicação do Fiscal de contrato após o credenciamento de cada serviço.

<b>8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO</b>
---

<b>8.1. PRAZO</b>
-------------------

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

( X ) Prazo de início dos serviços deverá ser de até 05 dias após assinatura do credenciamento e organização de agendamento pelo Centro de Atendimento em Saúde

## **8.2. LOCAL E HORÁRIO**

O credenciado deverá atender de forma remota com uso de computador com câmera e alto-falantes utilizando qualquer plataforma disponível, após disponibilizar a agenda de consultas ao enfermeiro responsável pelo CASA, onde o mesmo realizara o agendamento.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) Cumprir os horários designados pela Secretaria de Saúde dos atendimentos, de acordo com o cronograma de agendamento médico nos horários das 8h00min às 12h00min e da 13h00 às 17h00min

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- b) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)**

11.1 Não será exigido.

## **CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

## **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

- 2.1.** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 2.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 2.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 2.4.** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 2.5.** O responsável pela fiscalização de cada credenciamento será indicado por Portaria.

### **13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

**13.1.** O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

## **CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

- 14.1** O credenciado deverá enviar ao Centro de Atendimento em Saúde, até o dia 02 (dois) do mês corrente, a fatura, anexando todos os comprovantes de despesas, requisições devidamente autorizadas relativas aos atendimentos prestados no período anterior, discriminando em planilha o nome do usuário, número do cartão do SUS, data e assinatura do paciente.
- 14.2** O pagamento será pela produção, conforme atendimentos realizados;
- 14.3.** As faturas apresentadas pela Credenciada, referente aos serviços prestados serão submetidos à lisura Pré-pagamento cabendo-lhe a emissão de glosa parcial ou total sob evidência objetiva de irregularidade;
- 14.4.** O pagamento será feito mediante empenho e solicitação da Secretaria da Saúde, após a entrega e conferência da produção mensal de cada profissional, uma vez aprovada pela Fiscalização.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;  
III. dar causa à inexecução total do contrato;  
IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;  
V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;  
VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 15 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. *A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.*

## **16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

15.1. O pagamento será pela produção, conforme atendimentos realizados;

15.2. As faturas apresentadas pelo Credenciado, referente aos serviços prestados serão submetidos à lisura Pré-pagamento cabendo-lhe a emissão de glosa parcial ou total sob evidência objetiva de irregularidade;

15.3. O pagamento será feito mensalmente, mediante empenho e solicitação da Secretaria da Saúde, após a entrega e conferência da produção mensal de cada profissional, uma vez aprovada pelo Auditor.

15.4. *O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.*

## **CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

“São Borja - Terra dos Presidentes.”





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....**

**17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**17.1.** Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria opta pela modalidade chamamento público.

**17.2.** Será selecionado os credenciados que atenderem a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

**17.3.** Fica estipulado a divisão do teto físico, das cotas de cada serviço de acordo com o número de credenciado para cada objeto, salvo em casos em que o credenciado não puder disponibilizar a agenda na quantia definida.

**17.4.** O agendamento das consultas e procedimentos se dará através de triagem em critério de brevidades, de acordo com a ordem de chegada dos encaminhamentos das Estratégias de Saúde da Família, respeitando os critérios de prioridades do Ministério da Saúde, devendo constar no encaminhamento o CID da doença, como forma de justificativa do agendamento e assim, auxiliando o profissional na triagem. Da mesma forma a ordem de agendamento da demanda se dará a partir da solicitação um para cada profissional credenciado para o referido objeto a iniciar pelo primeiro credenciado e assim por diante até fechamento da cota do mês total.

**18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**18.1.** A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).

b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por serviço onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do serviço.

c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.

d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

e) assinatura do responsável legal da empresa.

**19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

*Documentos para Pessoa Jurídica:*

**19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

( ) Sim ( X ) Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

**19.2 VISTORIA**

( X ) Não ( ) Sim ( ) Opcional ( ) Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

**19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**

Não se aplica

**19.4 AMOSTRA**

Não se aplica

**19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL**

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....

Não se aplica

## 20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Quant/ Anual	Unid	Especificação	Valor unitário de referência
1	600	horas	Tele consulta Reumatologia	R\$ 109,22
2	720	horas	Tele consulta endocrinologia	R\$ 109,22
3	720	horas	Tele consulta neuropediatria	R\$ 109,22
4	720	horas	Tele consulta neurologia	R\$ 109,22
5	240	horas	Tele consulta hematologia	R\$ 109,22
6	240	horas	Tele consulta Pneumologia	R\$ 109,22
7	600	horas	Tele consulta urologia	R\$ 109,22
8	600	horas	Tele consulta angiologia	R\$ 109,22
Total anual				R\$ 484.936,80

Para formalização do valor de consultas em telemedicina média de preços usada como parâmetro foi adquirida através de bancos de preços públicos, e editais de credenciamento de prefeituras do estado do Rio Grande do Sul, obtendo um média de valor. Editais de credenciamento, Banco de preços e planilha de media segue em anexos

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Gabriela Magalhães  
Enfermeira  
Coren RS 103251  
Coordenadora da atenção básica

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE .....

**21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**21.1.** Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal/emenda parlamentar.

**21.2..** (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa: 2231

Projeto/Atividade: 155

Elemento: 339039000000 (pessoa juridica) 339036000000 (pessoa fisica)

Recurso: 500 recurso municipal

600 recurso federal

**CAPÍTULO VII**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

*Não se aplica*

São Borja/RS, 21 de junho de 2024.

\_\_\_\_\_  
Gabriela Magalhães  
enfermeira  
Coren RS 103251

\_\_\_\_\_  
Sabrina Dornelles Loureiro  
Secretaria Municipal de Saúde  
Decreto 18419/20

( ) Defiro

( ) Indefiro

\_\_\_\_\_  
Prefeito de São Borja/RS

“São Borja - Terra dos Presidentes.”